

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 23

OUTUBRO, 8, 1964

ÍNDIOS E BRASILEIROS NO VALE DO RIO TAPAJÓS

ROBERTO DÉCIO DE LAS-CASAS *

Museu Goeldi

INTRODUÇÃO

Esta nota visa a análise de parte do material coletado em pesquisa de campo realizada na área do Tapajós em 1959/60 e os elementos de compreensão do intenso processo de interação que se observa no alto curso do rio, entre o segmento da sociedade nacional aí radicado e os grupos tribais vizinhos. Toda a pesquisa se processou visando explicar e entender a sociedade nacional. Não procuramos estudar nem os grupos tribais — seus variados processos e situações de destribalização e assimilação — nem suas diversas formas de inserção na sociedade brasileira. Porém, a própria estrutura social da área e a vida mesma dos brasileiros está por demais vinculada aos “índios” com que se relaciona. Assim, sua compreensão só é possível quando se focaliza, inclusive, seu relacionamento com os grupos tribais vizinhos. Portanto, fomos levados a coletar material sobre a interação emergente naquela situação concreta.

Como a maioria dos estudos sobre o assunto parte de uma abordagem inversa, julgamos que a elaboração deste breve trabalho poderia adquirir algum interesse. Em outro trabalho focalizaremos mais detidamente a estrutura social da área. Aqui apenas a abordaremos à medida que isto se torne imprescindível.

Não sendo este trabalho resultante de uma preocupação diretamente voltada para seu objeto, e sim resultante de uma

(*) — Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

necessidade marginal de uma pesquisa diversa, não disporemos, em vários de seus aspectos, de elementos quantitativos que ilustrem os processos descritos. Procuraremos então manter o trabalho num nível de descrição de situação típica na área.

Dois problemas estão imediatamente postos : o da tipicidade ou não dos processos apresentados e o da possibilidade de generalização das conclusões para outras áreas. Quanto ao primeiro, a afirmativa de tipicidade decorre não de um tratamento estatístico dos dados e sim de um contato permanente com a área e da tentativa de vê-la globalmente.

Já no que se refere à possibilidade de generalização dos modelos construídos ou das conclusões atingidas, o problema é diverso. Certos aspectos das mesmas serão generalizáveis, serão válidos para várias situações semelhantes. Outros resultarão das condições peculiares da área e só à mesma se referirão. A determinação do generalizável e do específico, seria possível pela compilação de materiais ou estudos dos mesmos processos em outras áreas. Não nos colocamos tal objetivo. Outra limitação que nos impomos é a de só procurarmos abordar os aspectos mais impositivos da interação existente na área. Não pretendemos alcançar uma descrição completa e detalhada do processo.

Existem na área duas instituições da sociedade nacional de intervenção deliberada sobre os grupos tribais : uma missão católica e um posto do SPI. Estudá-las-emos apenas como participantes de relações que envolvem o segmento local da sociedade nacional, as populações tribais e elas próprias. Evidentemente, estas instituições só podem ser compreendidas como produtos da sociedade nacional global. Não encontram a explicação de sua existência, seus papéis e inspirações dentro dos restritos limites da estrutura social local.

A área em foco é a do alto curso do Tapajós e trechos de seus formadores. Engloba grande parte do Município de Itaituba e trechos de municípios vizinhos. Devido à relativamente alta mobilidade geográfica de certos grupos indígenas e, ao fato da interação se processar, por vezes, sem um contato populacional direto, o conceito de vizinhança é bastante elástico. Certos grupos Jê, radicados principalmente no vale do Xingu, e que realizaram incursões até a área estudada, impõem até hoje formas próprias de comportamento à população local. Fora

atividades de garimpagem recentemente introduzidas na área e a existência de um povoado cuja vida gira em torno de uma base da FAB, a população brasileira está engajada em atividades extrativas vegetais (basicamente borracha). Na área houve uma sucessão de ocupações e seguidos processos de depopulação dos grupos tribais. C. Nimuendajú, em seu artigo sobre os Tapajó (1949 : 93), apresenta um quadro de distribuição populacional bastante diverso do atual. A compreensão do estado atual das relações entre brasileiros e as populações tribais, não prescinde a perspectiva histórica que permite o registro de formas sociais de interação geradas num processo cumulativo. Como estudamos um momento dado de processo, mesmo não o explicitando, temos de levar em conta sempre as características passadas do mesmo.

Apesar de focalizarmos uma área restrita, a compreensão da mesma está indissolúvelmente vinculada a uma perspectiva global da sociedade brasileira, sem a qual a própria estrutura social da área não se esclareceria e menos ainda, poderíamos entender compulsões que se registram na área e que são decorrentes de mecanismos exteriores à mesma.

CARACTERIZAÇÃO TIPOLOGICA DOS MODOS DE INTERAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE NACIONAL E OS GRUPOS TRIBAIS

Estudando a interação entre a sociedade nacional e grupos tribais, Darcy Ribeiro (1957) evidencia a importância que assumem neste processo :

- a — a atitude desenvolvida pelo grupo face à sociedade nacional: agressiva, receptiva, etc.; que depende não só de suas características culturais, de sua experiência anterior de tais contatos, como ainda de sua “situação atual” (um grupo que se encontre em fase de deslocamento para novas áreas será provavelmente mais agressivo que outro não submetido a tais pressões);
- b — o nível em que a interação esteja ocorrendo (ecológico, biótico ou cultural);
- c — os tipos de contato (isolados, intermitentes, permanentes e integrados);

d — finalmente a “face” com que a sociedade nacional se apresenta ao grupo tribal com que interage (extrativa, agrícola ou pastoril).

O autor mostra que cada uma destas faces é movida por interesses diversos, de formas que lhes são específicas e impõem compulsões próprias aos grupos tribais que enfrenta. Caracteriza a “face” extrativa da seguinte forma :

“A economia extrativa mobiliza indivíduos desgarrados de suas comunidades de origem e, portanto, livres das formas tradicionais de controle social, para lançá-los sobre áreas inexploradas. Aí eles atuam como bandos móveis que devassam as matas à procura de produtos de valor mercantil onde o acaso da natureza os espalhou. Quando defronta com um grupo indígena, sua tendência é, desalojá-lo violentamente do seu território ou, quando possível, diligenciar para colocá-lo a seu serviço, aliciando os homens para a localização de novas reservas de produtos florestais e para trabalhos como o de remeiros, carregadores e outros; e às mulheres como amásias e produtoras de gêneros alimentícios. Como este tipo de economia impõe enorme dispersão espacial da população, suas frentes de expansão que se chocam com os índios são geralmente muito ralas, o que possibilita a uma tribo aguerrida manter-se em conflito, impedindo a ocupação do seu território por longos anos, com grande desgaste de parte a parte. É dentro deste enquadramento básico que são vividas as etapas de contacto intermitentes, permanentes e de integração dos grupos tribais, em condições que levam a uma pronta desorganização da vida familiar, à rutura da unidade tribal e, finalmente, a uma forma específica de participação na economia e nas instituições da sociedade nacional” (ibidem : 23).

Este modelo será por nós basicamente adotado. Teremos, entretanto, de alterá-lo em três pontos procurando sua adequação à situação concreta existente na região focalizada.

1. Constatar que a frente extrativa apresenta-se aí alterada em dois sentidos básicos. Estagnada em sua expansão há cêrca de 40 anos apresenta-se mesmo em retração espacial em certos pontos e sofrendo inclusive um processo de rarefação populacional. Em segundo lugar, devido ao tempo de fixação do extrativismo no local, chegou-se a um certo equilíbrio entre os sexos (quer pela vinda de famílias nordestinas quer por uniões de "cristãos" com índios). Ambos os aspectos são importantes como ficará evidenciado a seguir.

2. Não poderemos encarar a frente extrativista como um elemento distinto da sociedade global a que pertence. Ela, em sua configuração, em seu comportamento, reflete e sente compulsões e contrôles que se originam da sociedade a que pertence. Se bem que tal fato não seja omisso no modelo elaborado pelo autor citado, parece-nos conveniente salientá-lo. Na região surgem agências de intervenção sôbre os grupos tribais, que não são compreensíveis a não ser pelo exame da sociedade nacional; o próprio monopólio de compra da borracha (1) cria uma vinculação do seringal com órgãos estatais que, em certos casos, funcionam como estimulantes e, em outros, como elementos restritivos e determinados tipos de comportamento face aos grupos tribais vizinhos.

3. Não consideraremos os grupos tribais, sob intervenção de agências protecionistas, como integrados na sociedade nacional. Considerá-los-emos como uma situação peculiar de contato permanente mais adequadamente designável como "sob intervenção". Reservaremos o termo "integrados" para os

(1) — O monopólio estatal da fase final da comercialização da borracha pelo Banco da Amazônia, impunha compulsões especiais na área. Inicialmente, vinculava as unidades produtivas ao Banco pelo financiamento. O Banco passava a comportar-se como "defensor" da produção de seu financiado contra possíveis "desvios". Se um comerciante intermediário pretendesse comerciar sua produção independentemente, o Banco criava obstáculos. Isto acarretava uma situação de maior controle da área pelo seringal. Por outro lado, a procura de maiores financiamentos impunha ao seringalista a necessidade de diminuir ou esconder os choques com os índios e, inversamente, a demanda de moratória o estimulava a apresentá-los superestimados ou mesmo fomentar contatos agressivos.

“índios” que se encontram vinculados à estrutura social local sem instituições mediadoras protecionistas. Tal procedimento, parece-nos aconselhável na área, devido a grande diversidade existente na interação interétnica em um e outro casos.

Distinguimos, como o autor já citado, a situação de “integrado” na sociedade nacional, daquela compreendida pelo conceito de assimilação (2). O índio integrado, pode continuar portador dos valores e padrões de sua cultura de origem podendo, portanto, sua integração ser apenas transitória ou episódica.

ÍNDIOS E BRASILEIROS NO VALE DO TAPAJÓS (3)

Grupos Indígenas

A integração da população brasileira com os grupos tribais, não se restringe à efetuada com os grupos presentes no vale. Certos grupos indígenas, mesmo “fixados” em áreas mais distantes, devido a processos de interação de forma agressiva, em épocas já passadas, impõem à população do seringal, compulsões que afetam, inclusive, sua distribuição espacial. Podemos distinguir na área as várias formas de interação, desde a meramente ecológica até que implicam em compulsões mútuas entre as estruturas em contato.

Situados propriamente no Vale, encontramos três grupos: Mundurukú, Kayabí e Apiaká.

(2) — Adotamos o conceito de assimilação no mesmo sentido em que o faz Oliveira (1960: 111) que conceitua assimilação como o “processus” pelo qual um grupo étnico se incorpora noutro perdendo sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior. Note-se a distinção entre este conceito e o implícito na que retratamos como integração na Estrutura da Sociedade Nacional.

(3) — Usamos, intencionalmente, a designação brasileiros em contraposição ao de índios. Comumente, Etnólogos usam para designar as populações em foco a expressão neobrasileiros, porém tal comportamento não nos parece necessário já que nem cultural nem socialmente os índios podem ser considerados brasileiros.

Os Mundurukú (4), mais numerosos, se encontram em diversas situações; sob a proteção da missão franciscana, alguns sob a proteção do S.P.I., outros integrados no seringal e, finalmente, os campinheiros. Estes últimos se encontram em situação de menor contato e se distribuem entre os rios Cururu, Cadiriri, Cabitutu e Cabruá. Existem Mundurukú em situação de contato intermitente com a sociedade nacional, porém, já são raros.

Os Kayabí (5), que se encontram hoje já bastante reduzidos, estão principalmente concentrados num Pôsto indígena do S.P.I. no rio S. Manuel, embora existam alguns integrados no seringal.

Os Apiaká (6) já estão extintos como grupo autônomo. Segundo os dados oficiais, existem algumas dezenas deles distribuídos entre o Pôsto indígena, a missão franciscana e integrados no seringal. Segundo versões não confirmadas, existiriam ainda na área, Apiaká isolados.

O segundo quadro pode ser feito englobando os Mawé (7) e Kayapó - Menkran - notíre (8). Ambos residem fora do Vale. Ambos, entretanto, interagem com a população local. Os Mawé, ou melhor, alguns de seus representantes, fazem anualmente

- (4) — Mundurukú — Ribeiro (1957 : 86) estima seu montante populacional entre 1000 e 1500. São do grupo lingüístico tupí. É um dos poucos grupos indígenas da área cujo montante populacional não tem decrescido nos últimos anos. Já foram os senhores de grande parte do vale do Tapajós. José Maria da Gama Malcher (1958) enumera suas principais aldeias.
- (5) — Kayabí — população estimada como variando entre 250 a 500. Hoje estão já deslocados da área pelo SPI (Ribeiro, 1957 : 79).
- (6) — Apiaká — Apontados por Ribeiro (1957 : 69) como extintos como grupo tribal, porém alguns viviam no Pôsto Kayabí e outros, em pequeno número, dispersos pelo seringal como pudemos verificar são referidos por José Maria Malcher em seu trabalho já citado.
- (7) — Mawé — grupo lingüístico Tupi com uma população estimada entre 1000 a 1500 pessoas (Ribeiro, 1957 : 84). Mantém contato intermitente com população do Vale do Tapajós, pois, aí não vivem. Residem de forma permanente no Município de Maués. Só alguns de seus indivíduos fazem incursões periódicas e pacíficas na área.
- (8) — Menkran-notíre — (Grupo Jê) Kayapó setentrionais cujas estimativas populacionais apreciadas por Moreira Neto (1959 : 58) oscilavam entre mais de 1000 e 600. Já estavam pacificados na ocasião da pesquisa, porém, anos antes, conforme todos os depoimentos colhidos, tinham realizados grande número de incursões hostis na área apesar de terem como *habitat* o vale do Xingu.

incursões pacíficas na margem esquerda do vale e os citados Kayapó realizaram incursões hostis na margem direita do mesmo. Apesar de atualmente não se renovarem estes contatos, são de tal impositividade que nos parece impossível não mencioná-los.

Em seguida, temos de considerar ainda grupos isolados desconhecidos ou tidos como desaparecidos e que habitam a área ou nela exercem influência :

— Os Nhambikuára (9) ou melhor, um seu sub-grupo isolado habitaria um dos afluentes do alto Juruena. Segundo alguns depoimentos, seriam altamente agressivos e apesar de não fazerem incursões na área de seringal, impedem sua expansão.

— Ipotwát (ou Iptiwat) (10), tidos como sub-grupo Tupi. Seriam agressivos e teriam, há uns 30 anos, sido responsáveis pela depopulação de S. Thomé.

— Tapayúna (11) (ou Tapanhauma), grupo desconhecido e isolado, chamado também “beicho de pau” ou “botocudos”, habitaria o Arinos. São apresentados em vários depoimentos como antropófagos. Exerceriam, em relação ao seringal, um papel semelhante aos Nhambikuára, tampões contra uma possível expansão de sociedade nacional.

(9) — Nambikuára — estimados entre 500 a 100 (Ribeiro, 1959 : 86). Residentes fora da área estudada segundo este autor sua localização é nas vizinhanças do vale, nas proximidades do Juruena. Foram pacificados em 1910, porém, segundo depoimentos que colhemos na área, existem ainda grupos isolados. Frequentemente, estes depoimentos não são fidedignos, porém, traduzem no mínimo uma crença local que passa a exercer compulsões nos integrantes da sociedade nacional.

(10) — Ipotwát ou Iptiwat ou ainda Ipatêwate sub-grupo Tupi-Kawahib, apresentados como extintos (Ribeiro, 1957 : 75); segundo depoimentos que colhemos na área, teriam sido os responsáveis pela depopulação do S. Tomé há uns 30 anos e ainda subsistiriam na área.

(11) — Tapayúna — apontados tanto por Ribeiro (1957 : 91), Malcher (1958) e depoimentos colhidos no local como isolados e desconhecidos. Sua localização seria externa à área do seringal. Seriam altamente hostis e constituiriam um sub-grupo Tupi-Kawahib.

— Araras (12), grupo supostamente extinto, que habitava o Jamaxim. Segundo depoimentos colhidos na área, ainda existem.

No quadro I apresentamos as estimativas máxima e mínima da população indígena da área. Estas estarão sujeitas a dois tipos de erros :

- a — erros de estimativa (geralmente são superestimados os montantes populacionais);
- b — lacunas de informação sobre os grupos isolados.

QUADRO I

Estimativas das populações tribais em interação com os brasileiros da área estudada

GRUPOS	ESTIMATIVAS (*)			
	MÁXIMAS		MÍNIMAS	
MUNDURUKÚ	1.500		1.000	
KAYABI	500		250	
APIAKÁ	?		?	
Sub-total		2.000		1.250
MAWE	1.500		1.000	
MENKRÂN-NOTÍRE	700		600	
Sub-total		2.200		1.600
NAMBIKNÁRA	1.000		500	
Sub-total		1.000		500
IPOTEWÁT	?		?	
TAPAYÚNA	?		?	
ARARAS	?		?	
TOTAL		5.200		3.350

- (12) — Araras — segundo Ribeiro (1957 : 69) existiriam na área do Jamaxim (afluente do Tapajós) um grupo com esta designação. Apesar de receberem nome idêntico ao de um grupo lingüístico Karib seriam de filiação lingüística desconhecida. Isolados. Depoimentos locais apresentam com grande mobilidade e não menor agressividade. Não são apresentadas, porém, evidências de contatos hostis recentes.

- (*) — As totalizações só incluem os dados estimados.

População brasileira

A população brasileira na área se distribuía fundamentalmente, em atividades extrativas vinculadas ao seringal aí existente. Havia, na ocasião da pesquisa, dois grupos diversos: um em Jacaréacanga vinculado a uma base da FAB e da Fundação Brasil Central, e outros em atividades de garimpagem. Pelos dados oficiais do censo podemos calcular a população total da área, na ocasião da coleta de dados, entre 4.200 a 5.000 pessoas. Destas estimativas, se extrairmos os montantes estimados dos grupos tribais, teremos entre 2.950 a 3.500 brasileiros. Como, na ocasião só a população de seringal se mantinha em contato direto com os índios, teríamos habitando o vale uma população indígena equivalente a quase 50% da brasileira com que interagiam. Se passarmos a considerar os grupos mais afastados, porém cuja existência impunha compulsões ao seringal, o quadro seria de um quase equilíbrio em interação.

Esta tentativa de comparação entre as quantitativas populacionais em foco, é porém, pouco significativa por três razões básicas:

1. as estimativas sobre os grupos tribais são muito precárias sendo de se supor, que os números apresentados já eram desatualizados na época do trabalho de campo;
2. o grau de coesão interna e unificação da sociedade nacional não pode encontrar paralelo nas vinculações entre grupos tribais diversos. Um tipo por exemplo, de interação belicosa da sociedade nacional com os Kayapó não envolveria senão este grupo indígena, ao passo que atingiria de imediato, no mínimo, todo o seringal;
3. a grande diversidade de eficácia tecnológica entre os polos em consideração. Eficácia esta que coloca sempre os índios em situação de inferioridade em relação aos "cristãos" da área.

O ÍNDIO, O SERINGAL E OS ÓRGÃOS LOCAIS
DE FINALIDADES PROTECCIONISTAS

Apesar de não possuírmos informações suficientes para uma tentativa de análise detalhada, os comportamentos internos gerados nas unidades controladas pelos órgãos de interven-

ção protecionistas, não nos faltam elementos para procurar esboços das linhas gerais do processo de interação emergente entre os mesmos e entre cada um deles e o seringal.

Atuavam na área por ocasião da coleta de dados para este trabalho, uma missão Franciscana no Cururu e um pôsto do S.P.I., no rio S. Manuel. Tinha existido outro pôsto indígena no Cururu que na ocasião se encontrava extinto, só havendo no local um funcionário subalterno do S.P.I., subordinado ao já referido pôsto Kayabí localizado no S. Manuel.

O Seringal

Para compreensão da natureza das relações que se estabeleceram entre as três unidades em interação, tem-se de considerar inicialmente o caráter das atividades econômicas do extrativismo na área e a compulsão que sofrem os órgãos de intervenção protecionista a ingressarem no esquema econômico local e que as forcem ampliar a área de seus objetivos e mesmo a reformulá-los parcialmente.

A atividade dominante no local é a da produção da borracha nativa. As características tecnológicas deste tipo de atividade são tais que tornam a produtividade muito baixa e, praticamente, não competitiva em relação a outras formas de produção do mesmo produto. A estrutura dos investimentos em tal tipo de produção se caracteriza pela hipertrofia dos investimentos nos transportes e na comercialização e na escassez de aplicação de capitais na produção propriamente dita. As unidades produtivas nestas condições tendem a procurar ampliar o número de seringueiros "atendidos" pela sua rede de transporte até o limite de saturação da mesma. Os investimentos serão assim plenamente produtivos, terão sua rentabilidade aumentada. Este fato gera uma intensa competição pelo controle comercial da mão de obra disponível na área.

Paralelamente a isto, os órgãos de intervenção protecionista quer por não disporem de fontes de recursos satisfatórios e seguros, quer por tentarem auto-suficiência econômica ou mesmo ainda para defender e assegurar um controle mais eficaz sob os grupos tribais aos seus cuidados, são levados a ingressar na produção dentro de sua área de controle. Na região que estudamos, tal ocorreu ao mesmo tipo de atividades da vizi-

nhança : extrativismo da goma elástica e em menor grau da castanha e peles. Ocorrendo isso tanto no Pôsto indígena como também na Missão, acrescentam a seus objetivos iniciais outras decorrentes da situação de unidades econômicas. Ingressando em tal terreno, passam a envolver-se no mecanismo de competição decorrente das características econômicas dessas atividades acima descritas. Quer procurando ressaltar a mão de obra indígena do aviamento do seringal (caso comum aos dois órgãos de intervenção), quer procurando ampliar seus freqüentes no âmbito da população cabocla, entram em competição com o seringal e em certas ocasiões mesmo entre si. O seringal, por sua vez procurando recrutar mão de obra indígena e eventualmente tentando (em certos casos com êxito) reduzir os órgãos protecionistas a meras agências de sua comercialização, tende a frustrar os objetivos das demais unidades econômicas da área.

Cria-se assim uma situação competitiva e, às vezes, de conflito, em que as populações tribais são o pano de fundo.

Neste processo de competição o seringal procura transformar-se em intermediário entre o S.P.I. (pôsto local), a Missão e as cidades. Procura transformar-se em agente comercial intermediário. Transformar as demais agências em seus "aviados". Caso não o consiga luta por objetivos menores : recrutar mão de obra indígena, limitar a área de controle dos órgãos protecionistas, etc..

O Serviço de Proteção aos Índios

O S.P.I. possuía na área dois postos dos quais somente um estava em funcionamento.

Era flagrante o processo de reformulação dos objetivos do S.P.I. por parte de seus agentes locais. Isto parecia decorrer de duas razões básicas : total ausência de recursos para uma correta aplicação da política oficial da instituição; má preparação do pessoal recrutado para servir nos postos e sua deficiente remuneração.

Nesta situação, dois eram os caminhos que se apresentavam ao Pôsto : transformar-se em aviado do seringal ou, quando possuindo alguns recursos e bastante iniciativa, transformar-se em seu concorrente. Em ambos os casos, uma série

de comportamentos eram igualmente impostos ao S.P.I. local. Passavam a tratar o índio não como um protegido e sim como um aviado. O destino do aviador é diretamente dependente do que pode tirar do aviado, portanto, procura ampliar o número de seus fregueses. Para isto, ainda em ambos os casos, o agente do S.P.I. possuía em relação aos comerciantes intermediários do seringal, uma série de vantagens tais como : possuir em Belém, um órgão estatal ao qual é subordinado e que, no mínimo, funcionava como intermediário face ao seringalista; possuir monopólio legal de certa parcela da mão de obra local e de correspondente área territorial; em um dos postos possuir, inclusive, possibilidades de comunicação, por fonia, diretamente com Belém.

Simultâneamente, o Posto se defronta com algumas desvantagens :

a) desvinculação, ou melhor, menor vinculação do índio ao mercado, o que sempre representa um mais fraco estímulo para a produção de goma elástica;

b) domínio, pelos índios, de hábitos de trabalho **geralmente menos eficazes** que os das populações brasileiras. Não só em todo seringal era corrente a opinião de que o índio produzia menos como também as médias de produção de uns e de outros confirmaram esta opinião.

Em qualquer das hipóteses (como concorrente ou como aviador), o Posto indígena integrado no sistema de aviamento afasta-se de seus objetivos. O caso registrado na área de um Posto ter-se tornado concorrente do seringal foi mais complexo. O agente do S.P.I. montou um sistema de aviamento em relação aos Mundurukú, concorrendo com a Missão Francisca, em relação à população cabocla em concorrência com o seringal. Ambas estas unidades mostraram às autoridades superiores ao agente, que ele fugia aos objetivos de suas funções.

Depois de algum tempo, o agente foi afastado e o Posto ficou ao abandono.

A exposição até aqui feita não esgota o quadro que se configura na área. O Posto indígena, quando transformado em freguês do seringal e possuindo boa base humana, permite o seu encarregado tornar-se um intermediário relativamente

próspero, isto é, em relação aos demais intermediários, pode poupar maiores recursos para si ou para o Pôsto, enquanto casa comercial.

Isto, entretanto, ocorre apenas em termos comparativos, pois, o controle do mercado é feito pelo seringalista com tal rigor que ele pode, tranquilamente, assegurar para si a "parte do leão". Contudo, a maior capacidade de resistência do agente do SPI lhe permite ampliar, relativamente aos demais intermediários, por pouco que seja, a parte da riqueza produzida que não vai para as mãos do seringalista. Torna-se, assim, um elemento de distúrbio no seringal, que "concorre" com seu próprio "patrão". Para o seringalista, apresenta-se, portanto, como indesejável. Por outro lado, o sistema de exploração do índio faz com que seu comportamento seja indefensável perante o SPI. Em outras palavras, dentro da estrutura em que se insere seu êxito se transforma em sua própria condenação.

Quanto às relações estabelecidas com os índios, o chefe do Pôsto, despoído de seu caráter de protetor, age como comerciante que se esforça em reter seus fregueses, tendo a seu favor o fato do índio não poder ser, legalmente, explorado por "civilizados". Assim, num certo sentido, pode coagir os índios a permanecer em sua esfera de influência. Geralmente tal ocorre, simplesmente, pelo uso da autoridade, porém, em certos casos, segundo vários depoimentos, com o emprego da força física. Diversos informantes mencionaram ter havido desde um caso de índios amarrados para não saírem do Pôsto, até um assassinato cometido por um antigo encarregado do Pôsto. Em decorrência desta situação, freqüentemente, os índios preferem mudar de "patrão", isto é, passar do Pôsto para o seringal e, quando fora do Pôsto, fogem à simples aproximação de agentes do SPI.

Dentro do Pôsto convivem índios provenientes de diferentes grupos, às vezes rivais, o que contribui para diminuir a eficiência do Pôsto como empresa e como agência de unificação de seus "fregueses". Em fase de desorganização, um Pôsto "fornece" seus funcionários ao seringal que os recruta, passando assim o SPI a funcionar como preparador de pessoal para o seringalista.

A Missão

Independentemente da apreciação do modo como a Missão atua sobre a estrutura social e a cultura dos índios sob seu controle, podemos examinar certos aspectos de suas reações com os índios incorporando-os em uma unidade, com o SPI, e, principalmente, com o seringal.

Inicialmente, impõe-se a constatação de que, longe de possuir uma ação meramente espiritual, a Missão atua sobre os grupos sob sua influência, tanto num plano organizatório como num plano econômico, além de se colocar como intermediário entre estes grupos e a sociedade nacional. Todos os depoimentos registrados levam-nos a concluir que a ação dos missionários se faz sem as violências físicas registradas no caso precedente.

Antes de analisarmos suas relações com as demais unidades da área torna-se necessário delinear algumas de suas peculiaridades, principalmente como unidade econômica.

Assim, como o SPI, a Missão enfrenta o problema da falta de recursos próprios ao procurar realizar seus objetivos assistenciais. Consciente de que a única forma de intercâmbio com o mercado — através do seringal — envolve relações altamente espoliativas, a Missão toma a si o encargo de comercializar a produção local. Como unidade comercial é inteiramente atípica, tanto pelas motivações dos que a controlam, como pelas facilidades de que dispõe, inacessíveis para os comerciantes da área, facilidades estas representadas pelo transporte gratuito fornecido pela F.A.B. Isto permite ao índio vinculado à Missão, uma posição melhor que nas demais situações. Contudo, a Missão, enquanto unidade econômica, tem sua atividade condicionada pelos seguintes fatores: a) inexistência de padrões de trabalho adequados a uma economia de mercado, entre os índios (13); b) baixo nível de necessidades, socialmente

(13) — A geração de padrões culturais relativos à disciplina de trabalho, sua generalização, etc... corresponde a um processo histórico longo. A cada tipo de estrutura de produção correspondem determinados hábitos de trabalho que são inculcados e generalizados lentamente. O próprio mundo ocidental viveu com a "revolução industrial" não menos autêntica transformação revolucionária nos hábitos de trabalho. Tal não ocorreu, porém, espontaneamente. Desde o início da industrialização até o surgimento do Taylorismo e deste até a genera-

geradas, a serem satisfeitas pelo mercado, o que desestimula a produção (14); c) caráter anti-econômico do seringal nativo.

Apesar de unidade econômica atípica, a Missão, objetivamente, interage competitivamente com o SPI e com o seringal. A disputa do índio como mão de obra constitui para a Missão, não só uma forma de evitar que êle seja explorado, mas também como o modo mais seguro de colocá-lo sob sua influência, para a consecução dos fins espirituais a que se propõe, assim como de garantir a sobrevivência econômica da Missão. Para o seringal a Missão representa um elemento que limita o número de estradas e de mão de obra que poderia explorar. Para o SPI representa uma limitação do potencial humano produtivo e um elemento de quebra do monopólio no trato com os índios. Em certa época, as relações entre as três unidades chegaram a se aproximar de uma situação de conflito, pois a Missão, dadas as facilidades de que dispõe, facilidades estas que as demais unidades não possuem, introduzia preços e remuneração não condicionadas pelo mercado local, caracterizado pelo monopólio, e provoca, assim, distúrbios neste mercado.

INTEGRAÇÃO DO ÍNDIO NA SOCIEDADE NACIONAL NA ÁREA EXTRATIVA SERINGALISTA

São nitidamente variáveis os critérios de identificação do índio na área considerada. A medida que nos aproximamos dos

lização dos padrões de eficiência das sociedades industriais decorreu longo tempo e emergiam vários processos sociais. O mesmo fenômeno pode-se observar na área. Apesar do relativo atraso da população cabocla brasileira quanto à eficácia produtiva, ela se apresenta ainda superior à observada nas populações tribais que vivem tradicionalmente voltadas para a produção, para o auto-consumo e só recentemente se vincularam a um tipo de produção para o mercado.

- (14) — O baixo nível de necessidades tem de ser compreendido relativamente. Como vimos na nota anterior, os hábitos de trabalho resultam de um processo histórico-social. O mesmo ocorre quanto aos padrões de consumo e poupança. Uma população tradicionalmente vinculada a uma subsistência basicamente de auto-consumo só lentamente é levada a hábitos de produzir excessos para trocar por serviços e bens aos quais ainda não se familiarizou. O fenômeno pode ser facilmente observado também no nível das comparações entre países de centro e de periferia.

grupos tribais, a designação “caboclo” passa a ser mais restrita. Na “classe alta” de Santarém, o termo “caboclo” é genericamente aplicado às populações pobres das várzeas e margens do rio. Parece que “caboclo” é aí adotado mais como um conteúdo de identificação cultural, superando o sentido restrito de origem étnica. A medida que penetramos o interior e entramos em contato com outras camadas populacionais, a mesma designação é aplicada em sentido mais restrito. Passa a ser usada por comerciantes do interior como designativa dos “mestiços” de índios e brasileiros e finalmente por estes, já na área de contato propriamente dita, em relação aos indígenas. Em certas ocasiões, até mesmo índios já integrados na estrutura do seringal usam a designação “caboclo”, excluindo-se da mesma e aplicando-a apenas às populações ainda não distribuídas. Assim, encontramos na área uma sucessão de designações correspondendo, aproximadamente, a todo um “gradient” de situações culturais e de integração diversas. Geralmente índio, selvagem e caboclo pagão surgem em oposição a brasileiro, civilizado e cristão. A constante oposição terminológica, traduz situações de simples contradições, referem-se às vezes a estados de conflito claro e manifestam sempre a complexidade das relações na área. Pretendemos aqui apenas delinear os principais canais de integração do índio na estrutura social da sociedade brasileira e configurar algumas de suas alternativas de *status*.

As vias de ingresso na Sociedade Nacional são várias. Às vezes, o índio passa da situação tribal para uma situação intermediária em que fica sob a intervenção de uma agência da Sociedade Nacional (S. P. I. ou Missão) e só depois se integra. Outras vezes, porém, vem diretamente da vida tribal para o seringal ou para um pequeno povoado. A estas alternativas correspondem variações de níveis de adaptação à nova estrutura. A integração, por outro lado, pode ser individual ou por grupos familiares. Quando individual, ocorre principalmente o caso de adoção por famílias brasileiras, de crianças indígenas. Ocorrendo a adoção, a criança indígena é vinculada ao sistema de relações de parentesco em situação semelhante às “crias de casa” (15). Semelhante, porém, carregando o ônus de ser índio.

(15) — “Cria de casa” é a designação que se dá para crianças que são recebidas por famílias (geralmente de melhor situação social) para criar. O *status* das “crias” é intermediário entre o de um agregado e uma

Vários são os depoimentos em que transparecem estereótipos negativos em relação a este tipo de adoção: "O índio mesmo quando adotado ainda criança, é sempre ingrato". "A gente cria uma criança índia e depois ela é ingrata e nos abandona", etc.. Várias destas racionalizações explicavam a fuga dos índios adotados de relações familiares em que eram inferiorizados até em relação aos próprios empregados. Depois de atingir a maturidade, a posição destes índios adotados é variável. Geralmente se desvinculam da família de adoção. Isto já representa uma inferiorização social.

As famílias que têm condições de "adotar", criar na área, são em geral de nível superior e, na pior hipótese, nível médio local. O índio homem, criado por família local, tem como perspectiva um trabalho não especializado. A mulher, caso seja especialmente atraente, pode vir a ser concubina de um comerciante; em caso contrário terá apenas a chance de trabalhar como doméstica ou como dependente. De Itaituba, de umas seis ou sete prostitutas declaradas, três eram índias criadas por famílias civilizadas. O homem poderá se localizar nos segmentos mais baixos da sociedade e só excepcionalmente logrará uma ocupação de nível um pouco superior. Apesar da união de civilizados com índios não mais ocorrer com a mesma frequência, ainda se apresenta como um dos mais favoráveis canais de integração do índio na sociedade nacional.

Registramos diversos casos de união deste tipo e parece que, quando tal ocorre, parte dos conflitos e tensões emergentes em outras formas de integração são transferidas e resolvidas dentro do âmbito das relações familiares. A atual composição por sexos da população já não age tão fortemente como outrora no sentido de propiciar tais tipos de união. Parece ser mais freqüente o casamento de "caboclos" com índios que de civilizados. Constitui-se assim por gerações, uma gradação de nível de integração.

criada. Têm direito a freqüentar escola, alfabetizar-se e, simultaneamente, devem prestar serviços domésticos. Ficam muito abaixo das crianças da família propriamente dita. Não devem ser confundidas com os filhos de criação que geralmente têm *status* superior

São mais comuns as uniões de homens civilizados com índias. Os casos inversos são mais raros, porém há casos de "caboclas" casadas com índios.

Outro caminho de integração é o que implica na inclusão de índios como seringueiros. Vêm geralmente com suas famílias nucleares. O mais comum é terem estas famílias passado um período sob intervenção de órgãos protecionistas ou, pelo menos, terem permanecido período relativamente longo em contato com civilizados. Há estereótipos depreciativos quanto ao índio seringueiro. Muitos comerciantes não aceitam tal freguês. Entretanto, há outros que afirmam que o seringueiro índio, apesar de produzir menor quantidade de goma, é menos dado a falsificações, produz goma de melhor qualidade.

Encontram-se comerciantes que se vangloriam de trapacear com os índios. Estes ficam no seringal praticamente sem poder apelar para qualquer tipo de solidariedade. O SPI os quer em um dos seus postos e os índios no seringal chegam até a esconder-se quando se aproxima a chegada de um agente daquela instituição. Aí no seringal passam a constituir uma categoria inferior de seringueiros. Têm os menores movimentos em suas contas, a menor produção etc.. Porém são vistos sob perspectiva positiva em certos aspectos: conhecem bem o mato, são bons caçadores e pescadores, "são ignorantes, mas não são tolos"...

Alguns poucos índios, ou filhos de pelo menos um dos pais índios, conseguem porém, treinados em instituições protecionistas, melhor situação na estrutura local. Podem ser embarcações, proeiros e até auxiliares de mecânicos. Estes são mais considerados, porém qualquer situação singular em sua existência é logo atribuída à condição de índios. Em São Luiz, num destes casos, o marido era freqüentemente enganado pela mulher. O fato era imediatamente explicado pela sua origem étnica.

Em alguns "comércios" locais, se encontrava situações de índios como agregados às casas comerciais" com a finalidade de caçar e pescar para o comerciante. O *status* desses índios era de absoluta dependência. Não possuíam salário a não ser

se exercessem outra atividade e podiam, a qualquer momento, serem mobilizados para o trabalho sem direito a reclamações...

Em posições inferiores no seringal, constituindo pequena minoria, são entretanto peça importante na mesma não só sob aspecto histórico como por representarem situação singular de referência, para os seringueiros.

Suas casas são paupérrimas mesmo em relação às dos seringueiros, verdadeiros tapirís. Possuindo baixo nível de exigências, produzem, enquanto querem adquirir qualquer coisa. Esta situação não é a de todos índios, mas só a daqueles que se tornam seringueiros, após o processo de socialização. Desvinculados de seu grupo de origem, colocado em situação de inferioridade em relação aos demais membros da sociedade nacional, participando de uma estrutura que não entende e com a qual não se identifica, submetido a uma exploração superlativa, o índio é integrado à estrutura do seringal onde passa a ocupar uma posição de *desajustado*.

Suas constantes mudanças de "colocação", passagem de um para outro intermediário, lhe permitem adquirir uma maior experiência que o leva a desistir de aspirar melhores condições de vida, a conformar-se com o indispensável à sobrevivência e, geralmente, nem consegue participar das aspirações dos demais seringueiros.

RELAÇÕES COM GRUPOS HOSTÍIS

Depois de um longo período de contatos pacíficos no vale do Tapajós, na década de 1940, esta situação se alterou. Provavelmente nenhuma das pessoas que então aí viviam, tinha qualquer experiência direta de conflito com grupos tribais. Atravessava-se a fase da chamada "batalha da borracha" e, repentinamente, as histórias de ataques de "índios bravos", incorporados permanentemente à tradição oral da área, transmutaram-se em realidade.

Os Kayapó, em seu deslocamento para o oeste, ocasionando por conflitos intragrupais e a pressão de habitantes brasileiros do Xingu, começaram a atingir, em incursões esporádicas, o vale do Tapajós. O registro dos depoimentos tomados sobre o contato dos Kayapó com a população local revela uma tão elevada carga emocional que é quase sempre difícil

chegar-se a um documentário objetivo dos incidentes narrados. Parece que o critério menos sujeito a deformações para avaliar os processos envolvidos nas relações entre a população extrativista do Tapajós e aquele grupo tribal, é o de só tomar-se em conta as narrações de experiências individuais. É igualmente significativo, no entanto, o registro do clima emocional criado por suas evidentes implicações na formação da atitude mental presente, em face a êsses índios.

O depoimento obtido de um dos sócios da firma proprietária do seringal, em entrevista informal, permite avaliar, em termos negativos, o consenso das opiniões existentes na região sobre os Kayapó :

1) eliminação física de seringueiros. O informante afirma que cêrca de 100 seringueiros teriam sido mortos por índios. Instado, entretanto, a citar casos concretos, somente con seguiu referir, nominalmente, quatro ou cinco chefes de família mortos, se bem que o número total pareça ter sido maior;

2) destruição em vasta área de todo o sistema de avia mento mantido pelo seringal, o que representa perda de capi tal investido sob forma de benfeitorias;

3) impedimento da exploração de cêrca de 1/3 dos re cursos do seringal pelas incursões indígenas nessas áreas;

4) furtos e depredações;

5) surgimento de um estado de temor e depressão moral entre os seringueiros prejudicando e, em certos casos, impe dindo a continuidade das atividades extrativistas.

Com respeito a um massacre de índios Kayapó, levado a efeito por empregados do seringal, o informante disse que o fato não ocorreu e que, realmente, um grupo de homens armados conseguiu reaver material roubado pelos índios mas, depois que êsses o abandonaram em sua fuga. Êsse seringalista é vinculado ao SPI da área e diz que seu único desejo é que o Serviço de Índios seja realmente capaz de pacificar os índios hostís da região.

Na sede do seringal, pudemos documentar outro fato que indica bem o clima de terror criado pela presença das Kayapó no Tapajós. Uma estação de rádio-comunicações do seringal, situada a cerca de trezentos quilômetros do local, insistia em que um grupo de Kayapó havia aparecido junto à sede. Os funcionários da administração central desmentiam a informação, dizendo inclusive que haviam estado pouco antes no local mencionado mas, o locutor da outra estação, custou a convencer-se de que nada ocorrera.

Quando estive no seringal, já há quatro anos os Kayapó não freqüentavam a margem direita do Tapajós, o que não impedia a difusão de constantes boatos de seu aparecimento, o que acarretava a recusa geral, por parte dos seringueiros, de reocupar aquela área.

Os garimpeiros da região, que a esta época estavam trabalhando às margens dos rios das Tropas, de Crepori e iniciando a penetração no Jamaxim, áreas descritas como mais sujeitas a incursões dos Kayapó, não pareciam participar do mesmo temor. Parece que tal atitude deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que a expectativa de pronto enriquecimento com a coleta de ouro, associada à sua organização em grupos compactos de indivíduos em um mesmo garimpo, o que lhes possibilitaria reação mais eficaz em caso de ataque.

Estabeleci contato com cinco comerciantes intermediários da firma exploradora do seringal que haviam sido expulsos de seus locais pelos Kayapó. As versões de todos eles não variavam fundamentalmente. O informante A disse que possuía um "comércio", aviado pela firma, no médio Jamaxim. Os Kayapó chegaram a esse tributário ocidental do Tapajós precedidos da fama de terror sobre eles desenvolvida no Xingu. Os seringueiros que dele dependiam começaram a abandonar o vale do Jamaxim e o comerciante conseguiu obter acerto de contas com a firma, continuando a servi-la, em outro local, em funções burocráticas.

O informante B teve destino diverso. Era o maior aviado da firma e entregava por safra completa mais de quarenta toneladas de borracha. Trabalhava também no Jamaxim e controlava mais de cem seringueiros. Mantinha, na firma, conta-corrente superior a um milhão de cruzeiros e, era considerado como um dos mais eficazes intermediários do seringal. Procu-

rou, a exemplo do primeiro informante, chegar a um acôrdo de contas com a firma, mas esta não aceitou em face ao vulto de seu movimento. Os Kayapó roubaram e hostilizaram seus homens durante três anos. Ao fim, o comerciante saiu com um filho ferido, duas famílias de seringueiros mortas na ausência de seus chefes, uma menina raptada e extremamente endividado com a firma.

O informante C tinha seu "comércio" localizado um pouco mais ao sul. Passou pelo mesmo processo de expulsão, sem mortes entretanto.

O informante D, que trabalhava em terras próprias, em ambas as margens do Tapajós, próximas às primeiras cachoeiras, teve que abandonar a margem direita.

O informante E, também foi obrigado a abandonar a margem ocidental do Tapajós. Todos os informantes descrevem os Kayapó como índios extremamente agressivos, que chegavam praticando depredações, roubos e mortes. Reinquiridos, entretanto, com exceção do informante B, os demais já mencionados não puderam referir-se concretamente a quaisquer casos de mortes praticadas pelos Kayapó. Em todos os casos os **seringueiros** reagem aos ataques, abandonando prontamente suas colocações.

Há o depoimento adicional de um ex-comerciante, aviado da firma, que destaco por parecer-me particularmente significativo. Ele recebeu o pequeno negócio como herança do pai. Saldou dívidas, ampliou o comércio e chegou a ter cêrca de trinta seringueiros, produzindo entre dez e doze toneladas de borracha. Seu comércio localizava-se entre dois dos informantes mencionados anteriormente. Chegaram os Kayapó e imediatamente caiu a produção. Os homens não queriam ir para o trabalho deixando desprotegidas suas famílias. Por mais de uma vez, junto com outros intermediários, apelou para a firma, pedindo um dos mateiros para organizar uma expedição punitiva contra os índios. Ele arcaria com as despesas. A firma negou-se a "apoia-lo", porém, exigia ao mesmo tempo, que mantivesse suas posições no local.

Idênticas solicitações foram feitas aliás por todos os outros informantes com os mesmos resultados negativos. O apóio pe-

dido implicaria, no mínimo, em autorização, cobertura e fornecimento de elementos especializados para a caça ao índio.

O contato hostil com os Kayapó, estende-se nessa área de 1941 a 1956. As primeiras mortes documentadas por nós, tiveram lugar em 1946. Nesse período, a firma atravessou fase crítica, com a queda dos preços da borracha, tendo sido sucessivamente transferida como propriedade a três grupos diversos. O comportamento de todos eles, foi idêntico.

Os índios apareciam em diversos lugares, simultaneamente, a que permitia suporem os informantes que fôssem muito numerosos. Quando um seringueiro, saindo para o corte, encontrava sua estrada bloqueada por cipós, sabia que não devia continuar caminho. O informante disse que aconselhava seus seringueiros não usarem violência, mesmo se presenciassem roubos. Os Kayapó roubavam mas não matavam.

Certo dia, mais de um ano depois dessa vizinhança incômoda, chegou a notícia da morte de um seringueiro freguês de outro comerciante. Todo seu pessoal baixou para o barracão. Insistiu, sem sucesso, em suas solicitações de apóio à firma. Os seringueiros começaram a debandar. "O negócio começava a apertar". Foi quando recebeu dois novos fregueses, irmãos vindos do Maranhão e descritos como "valentes". Não temiam índios. Pouco depois, êsses dois seringueiros, ao chegarem em casa, presenciaram furto pelos Kayapó. Atiraram errado nos atacantes.

Passaram então a serem espionados pelos índios durante semanas através de paliçadas de galhos que os Kayapó construíram em diversos pontos da colocação. Um dia, um dos seringueiros foi baleado e morto pelos índios, tendo o outro abandonado a colocação. "Foi o fim", diz o informante. Logo após outra casa foi atacada e a mulher e filhos de um seringueiro foram mortos. A descrição dêsse, como de outros casos de mortes, é feita com grande similaridade de detalhes: destruição da casa e de todos os bens; mortes geralmente por bordunadas; corpo todo flechado; todos os seringueiros fugiram. Êle, informante, também transformou-se em funcionário da firma.

Os índios, nas diversas versões, sempre aparecem como excepcionalmente fortes e donos absolutos da mata. São capa-

zes de "marcar" aquêle que lhes agrediu, puni-lo e procurar, mais adiante, um irmão do agressor para puni-lo também. Roubam e "não têm piedade quando é para matar". Alguns falavam "língua de cristão", porém evitavam qualquer contato.

Algo mais transparece também nestes depoimentos. Os Kayapó chegaram como invasores. Encontravam farinha, munições, etc. de que se apropriavam pura e simplesmente. Procuravam restringir os movimentos dos seringueiros, amedrontando-os. Viravam as "canecas" nas estradas estragando o trabalho do seringueiro, porém não estavam em guerra. Dêles não partia agressão, pelo menos nos casos que registrei. Se atacados matavam, matavam o agressor ou sua família. Estendiam o terror à vizinhança, porém, não generalizavam a luta. Agiam como entendendo o brasileiro ainda menos do que êste o compreendia.

Na luta, o índio levava a melhor. O seringueiro não tinha como enfrentá-lo. Temia-o mais que a tudo. Chegava a encarar o Kayapó como o futuro terrível Mapinguari.

O comerciante intermediário não podia enfrentar o índio com eficácia, mas já não era inerte. Podia armar pequenas expedições punitivas. Porém, ficaria exposto a represálias. Pedia, imediatamente, auxílio à firma. Esta era na área quem poderia melhor combater o Kayapó. Só esta podia se arriscar a organizar com seu pessoal de serviço, não localizado às margens do rio, expedições punitivas sem temer danos maiores (16). Só esta poderia estar certa que, não seria entregue pelo patrão, a uma autoridade improvável, porém não impossível. Todos encaravam o Kayapó como selvagem, não cristão, mais ou menos bicho do mato. Matá-lo não seria um crime mas, um misto de auto-defesa e caçada. Porém, justamente para os donos da firma, êstes estereótipos eram menos impositivos. Não que tivessem grande consideração pela vida do índio, porém, mais urbanizados, sem correrem risco de

(16) — A organização de uma expedição punitiva seria não só onerosa como também arriscada para um comerciante intermediário comum. Para que ela fôsse cogitada seria necessária a presença constante de índios hostis na vizinhança. Caso não tivesse pleno êxito, poderia provocar, e o faria certamente, vingança dos índios. O intermediário ficaria sujeito a esta vindita. Além disto, os intermediários possuem menos vinculações e influência social que seus patrões e não podem de sentir, como já dissemos, com impunidade assegurada.

morrer sabiam que o índio era “gente” protegida, inclusive, por leis especiais. Seu problema era mais prático; os prejuízos seriam maiores ou menores com represálias? Parece-nos que assim é que se configurava o problema. Só esta indecisão pode ter determinado a recusa de “mateiros” aos seus aviadores, quando estes eram liquidados.

Parece-me que não constituía motivação suficiente para a firma, manter choque e desocupação de parte do seringal, o desejo de poder negociar no Banco da Amazônia. Não no caso em pauta. As relações então existentes entre a firma e o Banco da Amazônia, eram quase que de comunhão de interesses. Parece que estamos certos, tanto que assim que se configurou a situação de uma sortida mais audaciosa de Kayapó aos armazéns da firma, a atitude da mesma mudou.

Os índios que realizaram o furto, nunca mais foram vistos vivos e a mercadoria furtada voltou para suas prateleiras. Carlos, Augusto e Pedro criaram fama de rastejadores de Kayapó. Certos tripulantes de embarcação de firma, quando embriagados, para demonstrar prestígio, diziam ter participado de uma expedição punitiva determinada pelo Chefe. O certo é que esta não foi a única expedição com este caráter. E' certo também que, o SPI inativo até então, nada tendo conseguido de concreto para impedir a generalização da violência, depois de realizar um inquérito, teve sua direção mudada e nada fêz para punir os indigitados culpados.

Na área, além dos Kayapó, outros grupos são considerados hostis. Afirmaram que os seringais de S. Thomé, afluente do Juruema, estão abandonados há 20 anos, pela ação dos Kayapó (17). Identificam um grupo da região dos formadores do Tapajós, como canibais. Esta afirmativa é feita por todos funcionários da firma que trabalham naquele setor do seringal. Designam este grupo pretensamente canibal ora Tapayúna ora “Botocudos”. Qualquer índio hostil, ou supostamente hostil, é

(17) — O S. Tomé é afluente do Juruema um dos formadores do Tapajós. Há cerca de 30 anos era aí explorado um seringal por intermediário que tinha segundo dizem, mais de 40 “facas” (o número de facas geralmente equivale, ou quase, ao das colocações). Um grupo, segundo dizem Kayapó mas que parece só poder ter sido os Ipotewát, seriam forçado o abandono do rio. Está até hoje desocupado apesar de parecer não mais haver índios a frequentá-lo.

considerado alvo para tiro. Em uma de minhas viagens, um seringueiro, filho de brasileiro com uma mundurukú, chegou a armar-se para atirar em uma pessoa, que se banhava, por ter suposto que fôsse um Kayapó.

Parece-nos, de suma importância, para a compreensão do problema, um registro das diferentes reações dos diversos estabelecimentos do seringal diante do índio hostil.

Há homogêneo temor e desprezo pelo índio. É inconcebível qualquer solidariedade, ao menos. Porém, o perigo que *êle* significa e a reação que provoca é diversa em, no mínimo três níveis. A caracterização destas diversidades pode responder não só ao como, mas também ao porque o índio eliminado.

O seringueiro, atacado diretamente ou não, tendo sua casa furtada, sua vida segundo o que pensa, e muitas vezes com acerto, ameaçada, sua família em risco, acha o que há de mais natural matar o índio. Só o detém, uma coisa: medo de represália. Só o detém o perigo que julga se tornaria eminente de ser caçado em qualquer parte em que se coloque depois de matar o índio e sua reação imediata é a fuga. Quer ir para área não "infestada". Foge. Só não o faz se o patrão, o comerciante intermediário a que é vinculado, o detém. Caso sua dívida seja grande, sua saída dependerá de anuência do patrão. Resiste, então, ao medo e fica. Muitas vezes o pânico o leva a atirar. Geralmente, isto significa sua morte e representa, no mínimo, sua impossibilidade de continuar na área.

A reação do comerciante intermediário é diversa. Para *êle*, a ameaça direta de ser furtado, de perder a vida, é também existente. É, porém, o menor perigo. É uma alternativa colocada no campo das possibilidades, no terreno do provável. Porém, *êle* sofre uma consequência imediata: diminuição de lucro, queda dos negócios. A posição do intermediário não é a de grandes privilégios, porém, é nitidamente superior em *status* à do seringueiro e geralmente também à dos funcionários da firma. Mesmo se o seu lucro é apenas de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) por ano, *êle* se avalia pelo movimento contábil que realiza e que pode ser até de 1 milhão ou mais. Isto é que fica ameaçado. Pode cair e pode vir a ser funcionário da firma. Perder a "liberdade" de que se julga possuído.

O seringueiro, fugindo do índio ou simplesmente com reação inevitável de reduzir suas sortidas, suas estradas com medo de ser atacado ou medo de que tal ocorra à sua família, limita suas entregas de borracha e força a diminuição dos já baixos níveis de seus rendimentos.

Sua situação, que é geralmente deficitária nas atuais condições de exploração do seringal, passa a insustentável. Sua reação é a de desejar a imediata eliminação do índio. É a saída da expedição punitiva. Geralmente não tem sob seu controle recursos nem materiais nem humanos para tal. Mas em caso algum dispõe de autoridade, de autonomia suficiente para tomar esta iniciativa. Necessita de, no mínimo, autorização de seu patrão (o seringalista). A autoridade do seringalista, inconteste no seringal, se exerce principalmente sobre e através de seus aviadores, de seus intermediários. A reação do intermediário, portanto, é, de quem está disposto a matar; pressiona neste sentido mas, em geral, não o pode fazer por sua própria iniciativa. Isto o colocaria ao dispor de uma improvável, porém, não impossível sanção judicial, caso lhe faltasse a solidariedade do patrão.

Para o seringalista o efeito da presença dos índios hostis apresenta ainda maiores diversidades. A queda dos fornecimentos do intermediário diminui seu lucro. A fuga de seringueiros da área atacada lhe impõe um investimento de uma recolocação do mesmo em outro ponto. Investimento que terá de ser pago pelo seringueiro depois de colocado, portanto, resarcido porém não sem empate intermediário de capital.

O abandono das estradas da área implicará em não produtividade das mesmas o que significa perda aparente de lucros. Porém só aparente.

Na atual situação da extração da borracha nativa, o seringal se encontra em grande parte desocupado. Há grande número de "colocações" abandonadas, improdutivas. As condições de produtividade, aliadas às do mercado, impedem o recrutamento de novos seringueiros. Seria investimento não compensador. Assim, o seringalista só tem de recolocar o seringueiro. A mudança de "colocação", em geral, permite maior rentabilidade inicial do trabalho (estradas descontadas). O intermediário, como comerciante "independente", tem de pagar ao patrão

sua dívida, sem dinheiro ressarcir-se com a devolução das mercadorias que lhe foram antes vendidas pelo seringalista. Este tem assim seu prejuízo diminuído. Entretanto, o mecanismo de comercialização do seringal é tal que o dinheiro que o seringueiro entrega como pagamento do investimento em sua nova "colocação", de qualquer forma iria para seu patrão, portanto, este tem o prejuízo efetivo igual ao deste investimento, sendo os demais compensados.

Para o seringalista, o índio não é melhor que para o seringueiro ou para o intermediário, mas há diferenças. Inicialmente, o seringalista não tem sua vida ameaçada, não sofre o efeito do terror. Em segundo lugar, ele sabe que o índio é "gente" (por mais inferior que o julgue) e gente protegida por leis especiais. Expedições punitivas provocam, no mínimo, reação do SPI e implicam também em colocar-se em cumplicidade com seus subordinados, deles passando a depender.

O seringalista prefere e tenta a solução de entendimentos com o SPI ou governo. Para o seringalista a violência só é aceita quando ela implicar em prováveis prejuízos menores que aqueles provocados pelos índios e além disto que seus interesses atingidos pelas hostilidades sejam ponderáveis. Então, pode haver sua intervenção.

Portanto, a reação de fuga que o seringueiro adota leva o intermediário ao desespero e a desejar e esperar como única escapatória da falência a destruição dos índios. O seringalista, menos atingido, passa a funcionar como moderador. Sua reação mesmo se configurando como emotiva, é racional e definida por uma situação de empresa que decorre da estrutura social de produção a que se vincula. Seu papel moderador pode impedir expedições punitivas se há retração ou pacificação dos índios. Porém, se o conflito perdura, é ele e somente ele quem poderá desencadear a ação repressiva. Só é realizada uma expedição punitiva quando o seringalista quer ou autoriza. Isto indica quem funciona na estrutura como elemento decisivo, que determina o extermínio dos índios, quando este ocorre. Porém o faz não por qualquer valor moral negativo que o norteia, o faz como cúpula de uma estrutura a lutar por sua manutenção. A implicação (teórica) daí decorrente, é que a própria configuração da sociedade nacional na área em aprêço,

é que impõe a política de expedições punitivas e a sua modificação será a única forma de impedir a continuidade do sistema de depopulação dos grupos tribais, através da mudança da estrutura que acarreta êste sistema.

CONCLUSÃO

Na área do Tapajós, a interação da sociedade nacional com os grupos tribais se manifesta em formas e graus muito variados. Não só os diversos níveis de emergência da interação, as situações variam segundo as diversidades de experiência histórica dos vários grupos tribais como também do grau de aproximação dos grupos em questão. Nesta interação, não só variam os mecanismos de comportamento dos grupos tribais como também os da sociedade nacional. Esta reage diversamente não só pela existência na área de órgãos de intervenção deliberada como também por sua estrutura complexa. Seus diversos "status" possuem tipos de ajustamento diferentes. O SPI na área, devido a falta de recursos e inadequada preparação de seus agentes, é levado, gradualmente, a estabelecer com os índios relações de tipo semelhante às dominantes na área, isto é, relações de aviamento. Paralelamente, passa a integrar-se no sistema local como sub-unidade de comercialização. A alternativa é desenvolver atividades de competição com o seringal o que o tem levado a atuar fora do âmbito para o qual foi formado. A missão, equipada de pessoal de melhor preparo para consecução de seus fins e objetivando interferir, pelo menos em certas áreas da cultura dos índios, tem conseguido maior autonomia. Nela, devido as condições da área, há a primeira forma de adaptação descrita em relação ao SPI, mas, quanto aos processos desenvolvidos com as demais unidades, consegue com maior continuidade sua. No segmento local da sociedade nacional, observa-se certa homogeneidade em relação aos estereótipos e valores gerados sobre os grupos tribais, porém, constata-se reações concretas particulares nos vários níveis da estrutura social.

A situação de contato integra a própria configuração do segmento local da sociedade nacional. Não pode ser considerada fenômeno externo à mesma. A teia de relações desenvolvidas em seu interior e no relacionamento da mesma com as

instituições nacionais, se explicam apenas como uma visão globalizadora que integre as situações de contato existentes. Os múltiplos canais de integração do índio à sociedade nacional, os levam às posições ocupacionais mais baixas existentes na mesma, podendo, porém, o lugar ocupado variar de acordo com o nível de domínio tecnológico assimilado por cada indivíduo. A integração do índio, acelera seu processo de aculturação e desencadeia mecanismos de assimilação que muitas vezes só completam sua ação na segunda ou terceira gerações.

BIBLIOGRAFIA CITADA

MALCHER, JOSÉ MARIA DA GAMA

1958 — Tribus da Área Amazônica — SPVEA — Setor de Coordenação e Divulgação — Belém.

MOREIRA NETO, CARLOS DE ARAUJO

1959 — Relatório sobre a situação atual dos Índios Kayapó IN *Revista de Antropologia*, Vol. VII, ns. 1 e 2, pp. 49-64 — São Paulo.

NIMUENDAJÚ, CURT

1949 — Os Tapajó IN *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* — Tomo X, pp. 93-106 — Belém.

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

1960 — O Processo de Assimilação dos Terêna — Museu Nacional do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, DARCY

1957 — Culturas e Línguas Indígenas no Brasil IN *Educação e Ciências Sociais* — Ano II, Vol. 2, n.º 6, pp. 5-102 — Rio de Janeiro.



Residência de seringueiro — Rio Tapajós



Embarcação utilizada no transporte de mercadorias

